TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

09/03/2026

SUMÁRIO

CelgPar deve encerrar atividades neste mês 3

CelgPar deve encerrar atividades neste mês

Visualização da notícia

Governador Ronaldo Caiado e secretário Adriano da Rocha Lima, em leilão na B3: processo em fase final (Romullo Carvalho)

ouvir matéria

A Companhia Celg de Participações (CelgPar) deve encerrar suas atividades no final deste mês, com liquidação a ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na próxima sexta-feira (13). A maior parte dos funcionários da estatal goiana já foi transferida para a Planalto Solar Park S.A, subsidiária da Celg Par, e os mais de 600 imóveis ficarão, em sua maioria, com o governo estadual.

Em outubro do ano passado, a Celg Par vendeu por R$ 227 milhões , em leilão da Bolsa de Valores do Brasil (B3), cinco principais ativos da empresa. O processo para recebimento dos recursos está em fase final, segundo a estatal. Os valores, atualizados em cerca de R$ 270 milhões, serão repassados, de acordo com o governo, à Goiás Previdência (GoiásPrev).

A AGE marcada para este mês tem na pauta a deliberação pela modelagem de encerramento das atividades da empresa, com opções de liquidação, alienação ou incorporação. O Conselho de Administração, porém, já se manifestou a favor da primeira opção, conforme informou o presidente da companhia e secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima.

Depois da aprovação na AGE, o acionista majoritário, que é o Estado , tem dez dias para convocar o conselho para aprovação do nome de um liquidante e a dissolução da diretoria. O liquidante ainda não foi definido, segundo Adriano.

A previsão da companhia é que o liquidante feche um planejamento com cronograma estimado de três a quatro meses até a liquidação oficial.

Em uma das etapas para o fim da estatal, a Celg Par lançou um programa de demissão voluntária (PDV), mas a adesão foi baixa. Segundo a direção, dos 77 funcionários, 18 entraram no programa. Todos os outros 59 foram transferidos para a Planalto, que segue como estatal (sociedade de economia mista).

Dos 59, 36 estavam cedidos a órgãos do Estado e, após deliberação da diretoria, podem voltar aos cargos, sendo cedidos então pela Planalto.

Quanto aos imóveis, o Giro mostrou no ano passado que um levantamento interno indicava 640 áreas, avaliadas em cerca de R$ 190 milhões. O governo demonstrava intenção de vendê-los.

A direção da companhia informou que está em curso novo levantamento de estimativa de valores.

O plano do liquidante é que vai definir a distribuição dos imóveis. Adriano afirma que todos vão para a Secretaria Estadual de Administração (Sead), mas a equipe técnica aponta necessidade de entendimento com os acionistas minoritários. Além disso, uma pequena parte também poderia ficar com a Planalto.

A Sead afirma que a decisão sobre a destinação ocorrerá após a transferência e análise da vocação e características de cada imóvel.

O ativo mais cobiçado é a área do antigo Clube da 90, no Setor Sul, em Goiânia, que tem 44 mil metros quadrados e ficou por anos em disputa judicial com a Associação Salgado de Oliveira (Universo). A tendência é que haja leilão para venda, segundo a Sead.

As demais áreas são remanescentes da Celg D e da Celg GT, sendo a maioria localizada em Cachoeira Dourada.

Além de Adriano, a diretoria da CelgPar é composta pelo vice-presidente Luiz Evandro Leite e por dois diretores - Gustavo Mendanha e Samuel Almeida.

Ativos

No leilão do ano passado, quatro empresas arrematataram as ações da CelgPar em cinco ativos divididos em quatro lotes. No primeiro, 100% das ações da Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão foram vendidas à EDP Transmissão Goiás S.A pelo lance de R$ 83,6 milhões. No segundo, 49% das ações da Pantanal Transmissão ficaram com a Órion Transmissão S.A por R$ 43,1 milhões.

No terceiro lote, 20% das ações da Energética Fazenda Velha foram para a Hy Brazil Energia S.A por R$ 8,7 milhões. Por fim, foram leiloados 25% das ações ordinárias de emissão da Energética Corumbá III e 50% das ações preferenciais de emissão, totalizando 37,5% do capital social total da companhia, por R$ 91,8 milhões.

O resultado de R$ 227,3 milhões é 16,8% maior que o preço mínimo geral estimado, de R$ 194,6 milhões, mas abaixo do que foi indicado em relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE - GO) na ocasião. O tribunal apontou que o preço deveria ser de pelo menos R$ 238,3 milhões, podendo chegar a R$ 392 milhões, ou seja, indicava subavaliação do lance mínimo. Os questionamentos motivaram o pedido de demissão do então presidente da companhia Fernando Navarrete, sucedido por Adriano.

Com correção monetária, o valor deve subir a cerca de R$ 270 milhões, segundo o **presidente**, com previsão de recebimento até o início de abril. O trâmite de seis me **ses** é considerado normal.

A **Celg**Par possui ainda três usinas fotovoltaicas que geram energia para o consumo do **Estado** (Ceasa, UEG e **Seduc**), consideradas de baixo interesse comercial e que já foram transferidas à Planalto. Há ainda duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que podem ser alienadas ou ter a **concessão** devolvida. A previsão é que São Domingos também vá para a Planalto. Segundo Adriano, a Rochedo deve ser devolvida.